

Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Sub-eixo: Formação profissional**

## **MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E OS IMPACTOS NA FORMAÇÃO ANTIRRACISTA EM SERVIÇO SOCIAL**

**DONIÊGO FERREIRA DE LIMA<sup>1</sup>**

### **RESUMO:**

O artigo analisa a mercantilização do ensino superior brasileiro e suas implicações na formação antirracista em Serviço Social. A pesquisa é bibliográfica e documental, pautada no método crítico-dialético. Como resultado, identifica-se que o ensino privado e EAD representam os interesses do mercado e impactam diretamente no debate da questão étnico-racial na formação, com repercussões profundas no trabalho profissional em Serviço Social.

**Palavras – chaves:** Contrarreforma do Estado. Ensino superior. Formação antirracista. Serviço Social.

### **ABSTRACT:**

The article analyzes the commodification of Brazilian higher education and its implications for anti-racist training in Social Work. The research is bibliographic and documentary, based on the critical-dialectic method. As a result, it is identified that private education and distance learning represent the interests of the market and directly impact the debate on the ethnic-racial issue in training, with profound repercussions on professional work in Social Service.

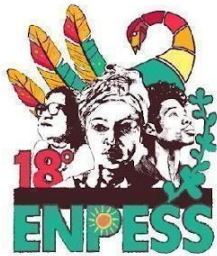
**Keywords:** State counter-reformation; Higher education; Anti-racist training; Social Service.

## **1 INTRODUÇÃO**

Entender os desafios que atravessam a formação acadêmico-profissional em Serviço Social na contemporaneidade requer a capacidade de captar, a partir da perspectiva crítico-dialética, o conjunto de elementos histórico-social e político-econômicos que moldam a

---

<sup>1</sup> Doutorando pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

realidade e determinam as relações sociais na sociabilidade capitalista. O ponto de partida da análise consiste na apreensão dos acontecimentos na esfera macrossocial, estabelecendo as devidas mediações para compreender as suas reais implicações no campo das particularidades do ensino superior no Brasil e, mais precisamente, no ensino de graduação em Serviço Social.

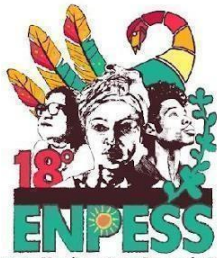
É nessa direção que evidenciaremos os componentes concretos das profundas transformações que caracterizam a contrarreforma do Estado brasileiro, inserido no contexto das várias estratégias de enfrentamento à grande crise do capital, que emergiu nos anos 1970 provocou impactos consideráveis em todo o globo. Tais aspectos, no entender da dinâmica capitalista no cenário de queda nas taxas de lucro, nos conduz a identificação do papel dos organismos internacionais e sua relação com o Brasil, que se configura como um país de economia dependente.

A responsabilidade investigativa traduz o esforço de compreender o avanço do processo de mercantilização do ensino superior brasileiro, que se expressa na expansão desenfreada das instituições de ensino privada e no Ensino à Distância (EAD), e evidenciar as consequências para a formação antirracista em Serviço Social. Para tanto, estabelecemos uma análise pautada nas orientações das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), de 1996, responsável por nortear, com qualidade, a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Serviço Social.

Por fim, fundamentaremos a crítica sobre o modelo de formação profissional desenvolvido no interior da lógica de mercantilização do saber e destacaremos a importância de investirmos no fortalecimento da perspectiva antirracista no Serviço Social, de modo que o debate da questão étnico-racial assuma centralidade no processo formativo, atravessando o ensino, a pesquisa e a extensão. Registramos ainda o esforço das entidades representativas da categoria em reafirmar o compromisso com a classe trabalhadora e com a construção de profissionais éticos, politicamente alinhados, capazes de analisar a realidade concreta e intervir de forma qualificada nas múltiplas expressões da questão social e racial.

## **2 CRISE DO CAPITAL, CONTRARREFORMA DO ESTADO BRASILEIRO E AS IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO SUPERIOR**

O aprofundamento das relações sociais nas vias internas do modo de produção capitalista, sobretudo em sua fase monopolista, deve ser captado com base nas particularidades



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

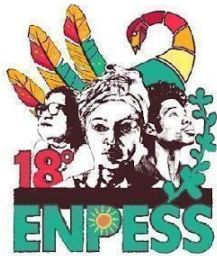
assumidas em cada país. Fernandes (2005), aponta que, apesar da objetivação do sistema capitalista acontecer em moldes universais, é indispensável que seja analisado a partir de suas especificidades e concretude. Nessa perspectiva, um traço o fortalecimento do capital ocorre, estrategicamente, sob o prisma da mercantilização de todas as esferas da vida social, pautado em medidas que possam assegurar a continuação do ciclo de reprodução ampliada, como inovação dos produtos e serviços, mas assumindo características peculiares em cada formação social.

No que se refere ao ciclo de reprodução ampliada do capital, é importante destacar que ele não se realiza de maneira solitária, exigindo a articulação direta com os organismos e estruturas político-representativas que cumpram uma função determinante na economia e no processo de regulação social, como é o caso do Estado. Essa articulação é fundamental para o capitalismo monopolista porque provoca transformações significativas, materializadas na redefinição do próprio papel do Estado, mas também na sua relação com o mercado e com a sociedade.

Entretanto, é necessário evidenciar que esse processo de reprodução ampliada do capital não se efetiva de forma linear, encontrando crises, cuja intensidade varia de acordo com o contexto e com os elementos que a determinam. É equivocado pensar que nas condições de crise o capitalismo caminha para o seu fim, pois é justamente neste cenário que se gestam não apenas as possibilidades históricas de superação do mal-estar capitalista, bem como as estratégias que o robustecem. Assim, o capitalismo explicita uma característica marcante, que o difere dos demais modos de produção já existentes: a crise como contradição fundamental.

Neste quadro analítico, é indispensável destacar a crise consolidada a partir dos anos 1970, que, nas palavras de Mézáros (2009), configura-se exatamente como uma crise endêmica e crônica, assumindo a forma de uma profícua crise estrutural do grande capital. A definição da crise como estrutural se justifica pela proporção de seus impactos, à exemplo do colapso no ciclo expansionista do capitalismo. Esse momento histórico é caracterizado pela destruição do modelo fordista-keynesiano de produção, responsável, inclusive, por sustentar o os anos de ouro do capitalismo, desde o segundo pós-guerra.

O que se chamou fordismo-keynesianismo é um momento histórico de regulação do ciclo capitalista, que impediu, nas condições da crise orgânica, que a dinâmica cíclica do capital implicasse em consequências nefastas para a reprodução capitalista no plano da economia nacional, e principalmente, da política de controle social nos vários países capitalistas, principalmente do centro mais desenvolvido do sistema mundial produtor de mercadorias (vale dizer, sob as condições geopolíticas da "guerra fria" (Alves, 2007, p. 42).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Com a derrocada do modelo fordista-keynesiano, emerge outro modelo de acumulação, pautado na lógica da flexibilização, com grande incidência nas relações de trabalho. Para Harvey (1992, p.140):

A acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. A acumulação flexível [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracterizam-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

A acumulação flexível configura-se como uma estratégia do grande capital na tentativa de recomposição das taxas de lucro, que entrou em declínio no contexto de crise. Essa alteração na esfera produtiva se efetivou com base na instauração da reestruturação produtiva, vinculado ao ideário neoliberal e a mundialização do capital, com repercussões consideráveis no mundo e, especialmente, nos países de economia dependente, como o Brasil. Importa destacar que as transformações em curso na realidade nacional aconteceram de maneira tardia, em comparação com o globo, tendo início, sobretudo, a partir dos anos 1990.

Neste cenário de reajustes no papel do Estado brasileiro e na sua capacidade interventiva, as políticas sociais passaram a sofrer desmontes cada vez mais frequentes, impactando severamente a classe trabalho. Segundo Behring (2008), o conjunto de alterações no interior do Estado ficou conhecido como “reforma” do Estado, onde, na verdade, configura-se como uma contrarreforma, principalmente se considerarmos o seu conteúdo conservador e regressivo em relação aos direitos conquistados na Constituição de 1988.

Discutir a contrarreforma do Estado no país implica destacar a criação do Ministério de Administração e Reforma do Estado (MARE), sob o comando de Luíz Carlos Bresser Pereira, mentor do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (PDRE). No rol das propostas que se evidenciam no PDRE, podemos ressaltar a flexibilização da estabilidade do funcionalismo público, bem como as medidas de ajustes fiscais que assumiram lugar de destaque e, conseqüentemente, colocaram em xeque os direitos da classe trabalhadora (Lima, 2019, p. 4).

A contrarreforma do Estado teve início durante o governo de Fernando Collor de Melo, com proposta de ajustes fiscais, bem como de flexibilização das relações de trabalho a partir das privatizações e terceirizações. A agenda da contrarreforma do Estado se manteve durante os governos de Itamar Franco e foi aprofundada no governo de Fernando Henrique Cardoso, com marcantes mudanças nas políticas educacionais, principalmente no âmbito do ensino superior, que, nas últimas três décadas, ocorreram atendendo as orientações dos organismos

internacionais, como o Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC) e da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE).

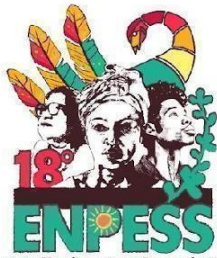
Com isso, podemos afirmar que a expansão do ensino superior no Brasil faz parte do conjunto de estratégias oriundas do processo de contrarreforma do Estado. Por isso, é importante evidenciar que a expansão dos cursos de graduação ocorreu sob a lógica empresarial, com o objetivo de atender os interesses do comércio. Justifica-se, portanto, o aumento exponencial de instituições de ensino privado e na modalidade de ensino à distância (EAD) em detrimento de investimentos nas universidades públicas, resultando em um nítido sucateamento das Instituições de Ensino Superior (IES), que se expressa no estrangulamento orçamentário, no congelamento de salários e na desvalorização da carreira docente.

Nas palavras de Guerra (2013), as universidades passaram a integrar o Núcleo de Serviços não Exclusivos do Estado. Assim, a subsunção das políticas educacionais ao capital escancara o desprezo pelos pilares do processo de formação profissional, especificamente no que se refere a produção de conhecimento e o fortalecimento das dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão. A lógica que prevalece nas instituições privadas e EAD é a do mercado, o que significa que a formação está inteiramente relacionada ao ensino tecnicista, sem interesse na construção de pensamento crítico, que possibilite a leitura da realidade a partir de suas múltiplas determinações.

Durante os governos do Partido do Trabalhadores (PT), a política de educação de nível superior continuou em expansão, porém, atrelado ao discurso de democratização do acesso, justificado pela inserção significativa de alguns integrantes da classe trabalhadora no espaço acadêmico. A ideia de democratização do acesso se reverberou na prática a partir do desenvolvimento de programas na esfera educacional, com o Programa Universidade para Todos (PROUNI), em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096 em 13 de janeiro de 2005.

Cabe explicitar também a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto n. 6.096 de 24 de abril de 2007, provocando o fortalecimento da noção de “governo dos pobres”. Em que pese a expansão das universidades federais através do REUNI, que atende parcialmente as orientações dos organismos internacionais, sem os investimentos necessários, com a sobrecarga do trabalho docente e sem seguir o mesmo ritmo de ampliação que as instituições de ensino privado e das EAD's, é fundamental reconhecermos que o programa não se trata de um mero elemento da





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

contrarreforma, mas se configura também como uma resposta do Estado às pressões e lutas históricas pela ampliação do acesso da classe trabalhadora ao ensino superior público. O REUNI foi fundamental para o enfrentamento à concentração das Instituições Federais de Ensino Superior nas capitais do Brasil.

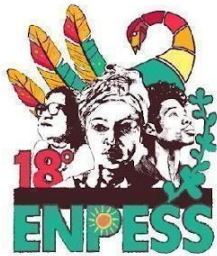
O cenário educacional, marcado pela mercantilização do saber, materializado nas formações aligeiradas, nas certificações em massa e na recusa ao pensamento crítico, indispensável a produção do conhecimento sobre a realidade concreta, permaneceu durante o governo Temer (2016 - 2019) e durante governo Bolsonaro (2019 – 2022), com graves implicações, inclusive, para a formação acadêmico-profissional em Serviço Social, que pelo compromisso com a classe trabalhadora, exige necessariamente a construção de assistentes sociais críticos e propositivos, com capacidade de análise e intervenção qualificada diante das múltiplas expressões da questão social.

### **3 FORMAÇÃO ANTIRRACISTA EM SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR MERCANTILIZADO**

O processo de expansão do ensino superior no Brasil insere-se no contexto das estratégias do capital em busca de novos campos de lucratividade, submetendo a ciência aos interesses do mercado e construindo caminhos para a consolidação de consenso acerca do projeto burguês de sociabilidade vigente. Isso implica diretamente na esfera da formação acadêmico-profissional em Serviço Social, considerando que a quantidade de matrículas nas instituições de ensino privado e EAD tem aumentado exponencialmente nos últimos anos.

Considerando a importância de analisarmos os impactos da mercantilização do ensino superior na formação em Serviço Social, nos estudos realizadas por Pereira (2012, p.38), “até junho de 2011, a base de dados do Sistema e-MEC apresenta a existência de 14 Instituições de Ensino Superior (IES) que ofertam cursos de Serviço Social a Distância em municípios espalhados por todo país, totalizando 56.651 vagas anuais”.

Em consonância com Iamamoto e Carvalho (1985), o Serviço Social é uma especialização do trabalho coletivo, inserida na divisão social e técnica do trabalho e isso nos direciona ao reconhecimento da centralidade do trabalho na trajetória histórica de constituição do ser social. Nesse sentido, a trama das relações e os interesses divergentes na sociedade de classes exigem, necessariamente, uma formação em que os(as) profissionais sejam dotados(as)



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

de capacidade crítico-reflexiva para captar os pormenores da realidade e intervirem de forma qualificada no quadro de demandas específicas, que são objetos da ação profissional dos(as) assistentes sociais nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais.

Há três décadas o projeto ético-político do Serviço Social, que se expressa na Lei 8.662/93, no Código de Ética e nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (1996), representa a virada de chave no posicionamento da categoria profissional frente às expressões da questão social, fomentando a intenção de ruptura com as práticas tradicionais que prevaleceram nas vias internas do Serviço Social desde a sua gênese.

Nessa perspectiva, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS as Diretrizes Curriculares “[...] expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para inserção profissional na realidade sócio-institucional.” (ABEPSS, 1996, p. 7). Além disso, as Diretrizes Curriculares afirmam o materialismo histórico-dialético como perspectiva hegemônica no Serviço Social e constitui um importante documento, responsável por estruturar a formação acadêmico-profissional da categoria em território nacional, a partir da definição de três núcleos fundamentais, são eles: núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social, núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

As DC reafirmam uma forma particular de compromisso com a formação profissional direcionada por valores e princípios no horizonte do projeto societário de superação da ordem burguesa, assumido por setores da categoria profissional e expresso em seu Código de Ética (1993). [...] Adota o referencial marxista na formação profissional, recuperando categorias centrais da teoria marxiana como o trabalho, ontologia e classes sociais (Santos, 2007, p. 65).

Seguir à risca as orientações das Diretrizes Curriculares da ABEPSS é imprescindível para que os(as) discente consigam entender o exercício profissional da categoria nos mais diversos espaços sócios ocupacionais a partir de sua dinamicidade. O conhecimento proposto nas diretrizes permite que os(as) profissionais enxerguem as possibilidades e desafios frente ao avanço do ideário neoliberal, que por sua vez, é responsável pela crescente espoliação dos direitos sociais.

A proposta das Diretrizes Curriculares da ABEPSS aponta para a formação de um perfil profissional com 'capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social

na realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais' (ABEPSS, 2014, p. 02-03).

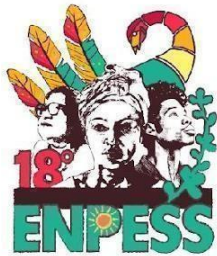
Entretanto, com o aprofundamento da expansão do ensino superior e, particularmente, dos cursos de graduação em Serviço Social na modalidade privada e EAD, nos deparamos com a ocorrência de transformações problemáticas na composição do perfil profissional dos(as) assistentes sociais no Brasil. A ideia é que a mercantilização do processo formativo provoca a diminuição no nível de qualidade dos graduandos, tendo em vista a preparação para o mercado e não para a leitura profícua e crítica acerca das determinações sócio-históricas, políticas e econômicas que afetam a classe trabalhadora e moldam a realidade.

Dito isto, chamamos a atenção para os riscos de uma formação profissional acrítica no contexto de aprofundamento da barbárie, incapaz de perceber na trama das relações sociais, a existência de elementos estruturais que estão na base da nossa formação sócio-histórica e econômica, que continuam impactando drasticamente as condições de vida e trabalho de determinados grupos, como acontece com a população negra. Mais grave ainda, é a possibilidade de, na ausência de uma formação antirracista, sejam os(as) assistentes sociais também reprodutores do racismo em seu exercício profissional nos variados espaços de atuação, intervindo de forma equivocada e sem apreender a totalidade das demandas que chegam na forma de povos indígenas e quilombolas, por exemplo.

No decorrer dos anos 1980, como reflexo dos ganhos teórico-políticos que já expressavam o desenvolvimento da terceira vertente do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, a intenção de ruptura, inicia-se no interior da categoria as problematizações acerca da questão étnico-racial, mas de forma muito discreta. No entanto, a partir da década de 1990, o debate começou ganhar maior espaço no Serviço Social, passando a integrar as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, em 1996, especialmente através do núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira.

Ao recorrermos as Diretrizes Curriculares, entendemos que o Serviço Social realmente abriu caminhos para a incorporação do debate étnico-racial no processo de formação acadêmico-profissional, por reconhecer a responsabilidade ético-política de fortalecer a luta antirracista, sobretudo, por ser o racismo um elemento que é estrutural e estruturante das relações sociais, fundamental à lógica de dominação e exploração do modo de produção capitalista





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

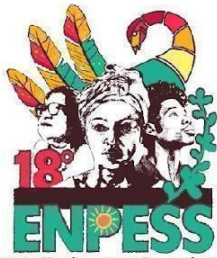
O racismo é parte estrutural de uma racionalidade instituída para ser a norma de compreensão e manutenção das relações sociais. Não se trata, portanto, de uma anomalia no interior de um sistema, e sim de um estruturante do modo de funcionamento das sociedades ocidentais contemporâneas, o que implica pensá-lo como fundamento de tais sociedades, o que abrange as dimensões da economia, da política e da cultura. De outra parte, o racismo também é estruturante, então funciona como elemento dinâmico que favorece, condiciona e mantém um tipo específico de racionalidade que impede a erosão das relações de exploração e das condições de opressão presentes em todas as expressões da vida social, e tem seu marco histórico demarcado pelos processos de colonização das Américas e da construção de um novo modelo de espaço/tempo que se espalha mundialmente como padrão de poder (Silva, 2020, p. 164-165).

O racismo no Brasil, portanto, possui uma base histórica e material, que se expressa na escravização e desumanização dos corpos negros no período da escravidão. Na atualidade, o racismo ganha materialidade de formas variadas, que impactam diretamente a teia das relações sociais e justifica a necessidade de analisarmos proficuamente, enquanto profissão, a realidade a partir das desigualdades sociais e raciais, que se constituem como características da nossa formação social.

Nas palavras de Guerra (2019), é imprescindível que a formação em Serviço Social se mantenha atenta aos elementos que marcam a atualidade. Dessa forma, o Serviço Social como profissão, precisa dar conta do debate étnico-racial, não tomando para si como uma responsabilidade exclusiva, mas como reconhecimento da existência do racismo na sua condição estruturante e estrutural, articulado com o modo de produção capitalista, para entender o desdobramento de fenômenos contemporâneos, que se expressam em grande escala na divisão racial do trabalho e fomentam a reprodução de violências institucionais.

Se o objeto de intervenção dos (as) assistentes sociais é a questão social, precisamos destacar que a ausência de compreensão profunda sobre as relações étnico-raciais resultará em graves prejuízos à compreensão da primeira. É na complexidade da relações étnico-raciais no interior do modo de produção capitalista que se gestam as demandas para as políticas da seguridade social e, conseqüentemente, para o Serviço Social no território brasileiro. A responsabilidade ética e política com a classe trabalhadora requer conhecimento sobre a questão social e étnico-racial, partindo da premissa que os membros que constituem essa classe possuem raça, gênero e necessidades específicas oriundas dos processos de exclusão que fomentam a sociabilidade capitalista.

No âmbito da profissão, a ausência de conhecimento sobre os limites e possibilidade da classe trabalhadora, a partir das relações de opressão, estabelece o risco para o desenvolvimento de mediações superficiais ou distanciadas da possibilidade de atender coerentemente, de forma



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ética, política e humanizada as demandas dos(as) usuários(as), que em grande maioria são mulheres e pessoas negras em situação de vulnerabilidade social, em situação de risco ou com direitos já violados. Sendo o racismo um elemento que fomenta a estrutura capitalista, é fundamental que os(as) assistentes sociais consigam perceber os pormenores das relações de opressão, que ganham concretude no processo de envelhecimento, nas precárias condições de saúde, na gravidez na adolescência, na insegurança alimentar e nas múltiplas violências contra as mulheres.

Embora a incorporação do debate étnico-racial nos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social seja uma orientação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, é relevante destacar que ainda enfrentamos desafios quanto a sua efetivação e principalmente no que se refere ao debate étnico-racial. Quando refletimos sobre a formação acadêmico-profissional desenvolvida nas instituições de ensino privadas e, sobretudo, nas EAD's, profundamente atravessadas pela lógica do aligeiramento e do tecnicismo, comprometidos com os interesses do mercado, que justificam a certificação em massa, podemos identificar a existência de graves prejuízos à construção de um perfil profissional que corresponda as recomendações da ABEPSS e que, conseqüentemente, fortaleça o projeto ético-político do Serviço Social.

Importante destacar que o público majoritário de estudantes de Serviço Social nessas instituições são pessoas de pouco poder aquisitivo, que não possuem condições de se deslocarem de suas cidades de origem para cursarem a graduação nas capitais ou não conseguem se inserir nas poucas universidades públicas localizadas nos interiores, inclusive pela ínfima quantidade de vagas ofertadas, encontrando no ensino privado e EAD a oportunidade para conquistarem o diploma de nível superior. A expansão dos cursos de Serviço Social nessas modalidades se explica também pelo fato de estarem inseridos na área das humanidades, os quais geralmente possuem um custo significativamente menor, já que não requerem investimento com aparelhos tecnológicos e laboratórios, por exemplo.

É no esforço de problematizar as condições em que esses cursos estão sendo ofertados que chamamos a atenção para o fato de que a fragmentação da formação-acadêmico profissional em Serviço Social no ensino privado e EAD passa, inclusive, pela não priorização das obras que compõem a biblioteca básica do Serviço Social, optando pelo acesso a apostilas com conteúdo superficial, prejudicando a apropriação da dimensão teórico-metodológica da profissão. Se as discussões sobre os fundamentos do Serviço Social ocorrem de forma tangenciada, podemos



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

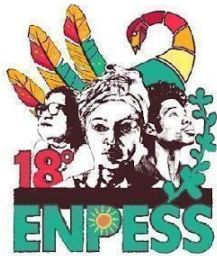
apontar o risco de o debate das relações étnico-raciais não aparecer, ainda que de maneira transversal.

Além disso, destaca-se a fragilidade ou inexistência de projetos de pesquisa e de extensão. Logo, isso representa a quebra da tríade fundamental que caracteriza a graduação, que se expressa no ensino, na pesquisa e na extensão. Essa tríade que deve assumir a centralidade no processo de ensino e aprendizagem porque permite que o(a) discente se aproprie das discussões, se aproxime da realidade e seja capaz de articular os elementos para a identificação e intervenção sobre as diversas expressões da questão social e da desigualdade racial na vida cotidiana.

A fragmentação do processo formativo em Serviço Social se explica no atendimento aos interesses do mercado, criando caminhos para posturas fatalistas, sem compromisso com a viabilização do acesso dos(as) usuárias aos seus direitos básicos mais elementares, e com forte tendência a impulsionar o conservadorismo no interior da profissão. O que se coloca nesta análise não é, nem de longe, uma crítica personificada, no intuito de culpabilizar os discentes que estão vinculados à modalidade, é, sobretudo, um enfrentamento a lógica que deturpa a formação e que incide diretamente no exercício profissional, no trato com as demandas, na relação multiprofissional e na capacidade de articulação intersetorial, já que não que o ensino EAD não estabelece responsabilidade com a dimensão política e social.

Ao contrário, o que se requisita é um profissional à imagem e semelhança da política social focalizada e minimalista de gestão da pobreza e não do seu combate, politização e erradicação. Daí que é desnecessário o tripé ensino, pesquisa e extensão: nossa matéria vida, tão fina, é tratada com a velha indiferença do mercado. A resposta vem na forma de conteúdos fragmentados, parciais e medíocres. Nada de livros, mas apostilas! Nada da discussão e riqueza da sala de aula, mas a relação individual e virtual com um tutor distante e que orienta muitos alunos, ou seja, é super explorado. Empobrecimento e mediocridade em quantidade, com a ilusão de que está se promovendo e democratizando o acesso ao ensino superior (CFESS, 2015, p.16).

Com a fragilização da formação em Serviço Social que se enquadra na seara da mercantilização do ensino superior, vários problemas podem ser elencados. Além da fragmentação do ensino, que se intensifica diante da ausência de projetos de pesquisa e de extensão, também cabe problematizar as condições de inserção dos(as) discentes nos campos de estágios supervisionado, que em vários casos ocorre de forma descomprometida. O estágio é um importante instrumento no campo da formação profissional, porque proporciona aos discentes à vivência de questões próprias do cotidiano profissional e marca a relação entre teoria e prática.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Um processo didático-pedagógico que se consubstancia pela indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional. Caracteriza-se pela atividade teórico-prática, efetivada por meio da inserção do estudante nos espaços socioinstitucionais nos quais trabalham os assistentes sociais, capacitando-os nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional (ABEPSS, 2010, p. 14).

Também constitui um traço peculiar da flexibilização e fragilização da formação, a superficialidade presente na elaboração dos trabalhos de conclusão de curso, que apresentam uma verdadeira tendência de não aprofundamento das análises sobre os objetos de pesquisa. Isso se deve também a própria descaracterização e desvalorização do trabalho docente, especialmente nas EAD's, que não conseguem estabelecer uma relação direta com o corpo discente porque são contratados como tutores e o contato com as turmas se restringem as telas.

Partindo da compreensão do conjunto de desafios para a formação e especificamente para a formação antirracista em Serviço Social, bem como das graves consequências para o trabalho profissional e para a organização política, que incidem diretamente nos rumos da profissão, as entidades representativas da categoria, como o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais (CRESS), a ABEPSS e a Executiva Nacional dos(as) Estudantes de Serviço Social (ENESSO), não se encontram isentas de suas responsabilidades no que tange ao desenvolvimento de estratégias coletivas de enfrentamento à lógica de mercantilização da graduação e reafirmam a importância da defesa e do cumprimento às orientações das DC's da ABEPSS no âmbito da formação pautada no debate das relações de raça e etnia.

Fazendo jus ao compromisso ético-político com a classe trabalhadora e com o fortalecimento da direção social, cabe mencionar algumas ações empreendidas pela ABEPSS, pelo conjunto CFESS-CRESS e pela ENESSO, que tem fortalecido o debate étnico racial e mobilizado a categoria profissional em torno do tema. Estão no campo das estratégias erguidas pelas entidades: a campanha de gestão de 2017-2020, intitulada "Assistentes sociais no combate ao racismo"; a publicação, pela ABEPSS em 2018, do material intitulado "Subsídios para o debate étnico-racial na formação em Serviço Social", que tem como objetivo dar centralidade e indicar como esse debate deve aparecer no campo da formação; o lançamento da Plataforma Antirracista em 2022, durante o XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizado na UERJ e, em 2024, a execução da 7ª (sétima) edição do projeto ABPESS Itinerante, que trouxe como tema central "As Diretrizes Curriculares, o Debate Étnico-racial e os Projetos Pedagógicos".



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

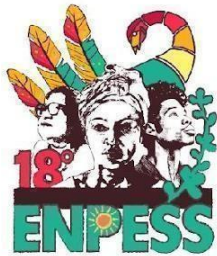
As alterações realizadas no âmbito das funcionalidades do Estado brasileiro constituem em respostas à crise estrutural do capital, consolidada nos anos iniciais da década de 1970 e que representou uma verdadeira ruptura com o padrão de acumulação responsável por assegurar o título de “anos de ouro de capitalismo. A queda nas taxas de lucro do capital impôs, sobretudo aos países de capitalismo periférico, como é o caso do Brasil, o desenvolvimento de várias estratégias para sua recomposição, que se expressaram, em grande medida, no desdobramento da ideologia neoliberal e na reestruturação produtiva, com a onda de terceirizações e privatizações que evidenciam a flexibilização e a desregulamentação das relações de trabalho.

Os organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, cumpriram e cumprem um papel determinante no quadro das medidas adotadas pelo Estado nacional, aprofundando a relação de dependência do Brasil em relação aos países de capitalismo central. Um dos pontos que caracterizam essas transformações é a fragilização das políticas sociais, à exemplo do que acontece com a educação superior, que deixa de ser ofertada como um direito básico e passa a compor o pacote de serviços, atravessada pelos interesses mercantis. Eis, portanto, a base explicativa para a expansão das instituições de ensino privado e EAD em todo território, com consequências que devem ser analisadas criteriosamente, inclusive no âmbito da formação em Serviço Social.

O Serviço Social possui uma direção social inscrita no compromisso com a defesa dos direitos da classe trabalhadora. Logo, a formação deve refletir o processo histórico para compreender os fenômenos contemporâneos, partindo da premissa que a realidade cotidiana é concreta produz demandas específicas para o exercício profissional em diversos espaços sócio-ocupacionais. Nessa perspectiva, as DC's de 1996 estabelece o caminho político-pedagógico que deve ser percorrido para fins de uma formação com qualidade, fornecendo elementos para a compreensão das múltiplas expressões da questão social, mas também das relações étnico raciais. O problema é que a lógica mercantil que se reverbera nas instituições privadas e EAD não atribui centralidade a pesquisa, a extensão, ao compromisso com o estágio supervisionado e muito menos com o fortalecimento da luta antirracista.

Em que pese o interesse de alguns profissionais inseridos nesses espaços de formação, o que se sobressai é a quebra da tríade ensino, pesquisa e extensão; o tecnicismo, o aligeiramento e a certificação em massa. A preparação cada vez mais tecnicista, voltada





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

principalmente para a inserção no mercado de trabalho em detrimento do compromisso com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa interfere significativamente no perfil dos(as) assistentes sociais, com profundas interferências no âmbito das estratégias coletivas para intervenção profissional e para a própria organização política em defesa de uma sociedade justa e igualitária.

A formação antirracista está inserida no quadro de fortalecimento das bandeiras de lutas do Serviço Social e evidencia a preocupação da categoria em fomentar a produção de conhecimento sobre o tema. Por reconhecerem o caráter histórico-social, estrutural e estruturante do racismo, as entidades representativas pautam a necessidade do debate da questão étnico-racial, na perspectiva da totalidade, ao longo da graduação. Apesar das investidas mercantis, que operam contra o conhecimento crítico, criativo e propositivo, defender uma formação de qualidade passa diretamente pelo aprofundamento do antirracismo, contribuindo com a qualificação do exercício profissional dos(as) assistentes sociais mediante as inúmeras demandas que chegam aos espaços sócio-ocupacionais, bem como com a reafirmação da direção social da profissão, vinculada a um projeto societário que rompe com todas as formas de exploração e opressão.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia de trabalho**. 2º ed. Londrina: Práxis, 2007.

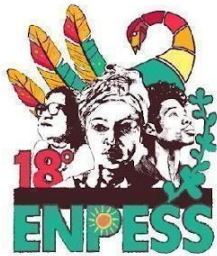
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**: Abepss. Brasília (DF), 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). mimeo, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Os fundamentos do Serviço Social em Debate: Formação e trabalho profissional**, 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra - reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. Cortez Editora – São Paulo, 2º ed. 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Sobre a Incompatibilidade entre a graduação à distância e Serviço Social**. Volume1. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. Brasília (DF), 2015. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/incompatibilidadevolume1\\_2015-Site.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/incompatibilidadevolume1_2015-Site.pdf). Acesso em: 14/08/2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

FERNANDES, F. **A revolução burguesa: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Editora Globo, 2005.

GUERRA, Yolanda. **Formação Profissional em Serviço Social: polêmicas e desafios**. In: SILVA, José Fernando Siqueira; SANT'ANA, Raquel Santos; Lourenço, Edvânia Ângela de Sousa (Org). Sociabilidade Burguesa e Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 235- 254.

GUERRA, Yolanda. **Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica**. In.: GUERRA, Y. [et al] (org.). Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. 2.ed. Campinas: Papel Social, 2019.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1985.

LIMA, Doniêgo Ferreira de; NÓBREGA, Mônica Barros da. **A política educacional brasileira: mercantilização do ensino superior e as inflexões na formação em Serviço Social**. Maranhão, 2019. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/anais.html>. Acesso em: 14/08/2024.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade EaD: direito à educação ou discriminação educacional?** SER Social, Brasília, v.14, n.30, p.30-49, 2012

SANTOS, Tiago Barbosa. **A participação política dos estudantes de Serviço Social na defesa e consolidação da direção social da formação: a práxis política dos estudantes e a relação com a formação profissional**. 2007. 279 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) -- Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

SILVA, A. P. P. **Desafios à educação antirracista no Serviço Social: o racismo estrutural e a formação social e histórica brasileira**. In: MARTINS, T. C. S.; SILVA, N. F. (org.). *Racismo estrutural, institucional e Serviço Social* São Cristóvão: Editora UFS, 2020.